



PREFEITURA MUNICIPAL DE RIBEIRA

ESTADO DE SÃO PAULO

*Original do R.º 001.º da Tabela (ol)
do Notas do Mm. de Ribeira
Tracy Duarte de Camargo
ARI de Almeida Camargo*

- II - Reconhecida idoneidade moral;
- III - idade superior a 21 (vinte e um) anos;
- IV - residir no município de Ribeira;
- V - Ser eleitor do município e estar quite com a justiça eleitoral;
- VI - Não ser vereador;
- VII - Comprovada experiência de trato de crianças e adolescentes;
- VIII - Ter o segundo grau de escolaridade completo.

CAPÍTULO II - DAS ELEIÇÕES

ARTIGO 6º - O processo de escolha dos membros do conselho Tutelar será organizado pelo Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente do município, que estabelecerá convênios com a Justiça Eleitoral, para praticar todos os atos que forem necessários para a consecução do pleito.

ARTIGO 7º - Poderão participar da escolha dos membros do Conselho Tutelar os residentes no Município, em pleno gozo de seus direitos políticos.

CAPÍTULO III - DAS CASSAÇÕES E DOS IMPEDIMENTOS

ARTIGO 8º - Perderá o mandato o Conselheiro que se ausentar injustificadamente a três sessões consecutivas ou a cinco alternadas no mesmo mandato ou for condenado por sentença transitada em julgado por crime ou contravenção penal.

ARTIGO 9º - São impedimentos de servir no mesmo Conselho marido e mulher, ascendentes e descendentes, sogro e genro ou nora e genro ou nora, irmãos, cunhados durante o cunhadio, tio e sobrinho, padrasto ou madrasta e enteado.

Parágrafo Único - Estende-se o impedimento do Conselheiro, na forma deste artigo, em relação à autoridade judiciária e ao representante do Ministério Público com atuação na Justiça da Infância e da Juventude em exercício no Município.

ARTIGO 10º - O Poder Público Municipal regulamentará o processo eleitoral 90 (noventa) dias antes da escolha.

CAPÍTULO IV - DAS ATRIBUIÇÕES

ARTIGO 11º - São atribuições do Conselho Tutelar:

I - atender às crianças e adolescentes cujos direitos, garantidos pela Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990, forem ameaçados ou violados:

- a) por ação ou omissão da sociedade ou do Estado;
- b) por falta, omissão ou abuso dos pais ou responsável;
- c) em razão de sua conduta.

A

h